

## Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo

Oksana Mandlate

As greves de fome nas zonas urbanas são uma experiência nova em Moçambique pós-independente, com episódios violentos observados nos anos 2008, 2010 e 2012. O fenómeno esteve particularmente concentrado nas cidades de Maputo e Matola, contrastando com o facto de estas zonas geográficas terem os menores índices de incidência de pobreza no País, registarem uma significativa redução nas taxas de pobreza entre a segunda e a terceira avaliações nacionais da pobreza e observarem a menor prevalência da desnutrição crónica e aguda a nível do país (DNEAP, 2010, SETSAN, 2014).

Diversos factores, sociais, políticos e económicos, explicam este fenómeno (Brito et al, 2015). Este artigo, baseando-se nos dados sobre os padrões da despesa dos agregados familiares (AFs)<sup>1</sup>, mostra como as particularidades de orçamentos das camadas urbanas mais pobres, em particular da capital do país, constituem a fonte da sua maior vulnerabilidade face à pobreza alimentar, frequentemente disfarçada na relativamente maior prosperidade das cidades. O artigo evoca a necessidade de ter políticas públicas de emprego para tratar da problemática de segurança alimentar das camadas urbanas mais pobres.

### A razão da maior vulnerabilidade dos estratos pobres de Maputo, na perspectiva de orçamentos familiares

Enquanto o acesso aos serviços básicos é mais crítico nas zonas rurais, determinando o perfil da pobreza rural, o modo de vida mais urbano na capital do País determina a situação particularmente vulnerável de acesso a alimentos dos seus estratos mais pobres. Ainda que os primeiros três quintis, que agregam 60% das famílias mais pobres em termos de rendimento corrente<sup>2</sup>, sejam maioritariamente representados por famílias rurais (74% das famílias das zonas rurais, contra 56% das urbes provinciais, 40% de Matola e 16% de Maputo), a pobreza alimentar, que ameaça um dos direitos mais essenciais do ser humano, muitas vezes mostra-se mais crítica nas camadas mais pobres de Maputo.

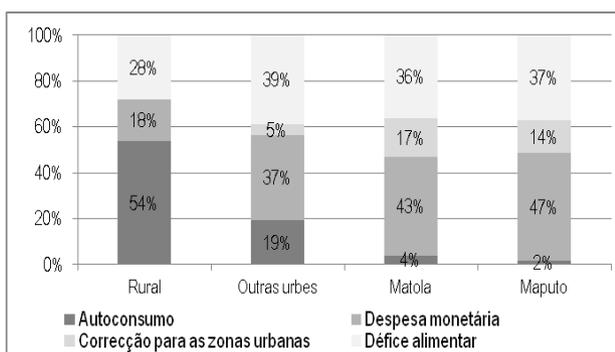
Em seguida, o artigo apresenta uma sequência de dados que sustentam o argumento deste artigo.

### 1. Estratos mais pobres de Maputo e Matola satisfazem menos as suas necessidades alimentares

As famílias mais pobres de Maputo e Matola têm o seu acesso a alimentos mais dificultado, comparando com as famílias homólogas no resto do País. Os dados do IOF 2008 mostram que, em termos absolutos, as famílias rurais dos primeiros três quintis gastam, em média, 1.115 meticais com alimentos, nas urbes provinciais a despesa alimentar destes estratos é, em média, 7% menor (1.037 meticais), e em Matola e Maputo é 9% e 15% menor, respectivamente (1.016 e 952 meticais)<sup>3</sup>.

O Gráfico 1 evidencia a situação da carência alimentar em termos relativos, visualizando esta frente as linhas da pobreza alimentar (usadas na Terceira Avaliação Nacional da Pobreza). Se nas zonas rurais as respectivas famílias em média têm satisfeito por volta de 72% das necessidades alimentares básicas, nas urbes

**Gráfico 1:** Despesa alimentar mensal média dos AFs dos quintis 1 a 3 nas diferentes áreas, por proveniência, face a linha de pobreza alimentar



provinciais as famílias mais pobres em média satisfazem perto de 56% (61%, considerando os dados corrigidos) destas necessidades, e nas cidades de Maputo e Matola – somente 49% e 47% (63% e 64%, considerando os dados corrigidos).

Perante o seu consumo alimentar mais reduzido e maior carência alimentar no orçamento familiar, é lógico que as famílias pobres urbanas, em particular de Maputo, fiquem mais vulneráveis e sensíveis à variação dos preços dos alimentos.

### 2. Estratos mais pobres de Maputo e Matola sofrem mais com a variação dos preços de uma maior gama de produtos

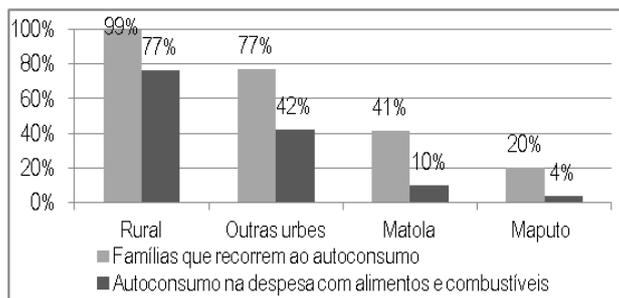
Os níveis mais reduzidos da despesa alimentar não são o único factor explicativo da particular vulnerabilidade das camadas mais pobres de Maputo e Matola às greves de fome. As diferenças na estrutura das despesas das famílias explicam tanto os seus menores níveis de consumo alimentar como a sua maior sensibilidade à variação de preços — e não só de alimentos, como também de outros bens e serviços essenciais no modo de vida urbano.

Primeiro, as camadas mais pobres das zonas rurais e das urbes provinciais ficam parcialmente isoladas da transmissão do efeito de aumento de preços de alimentos e combustíveis para iluminação e cozinha sobre o seu orçamento familiar, devido a forte presença de autoconsumo nestas rubricas. As famílias mais pobres de Maputo e Matola dependem, predominantemente, dos fluxos de rendimento monetário para realização da sua despesa alimentar (97% e 91%, respectivamente), enquanto nas urbes provinciais o recurso à produção própria de alimentos satisfaz uma parte significativa das necessidades alimentares das famílias (40%), e nas zonas rurais a produção própria, efectivamente, constitui a base da despesa alimentar (75%). A produção própria mostra ser ainda mais importante para satisfazer as necessidades das famílias em fontes de energia para iluminação e cozinha.

Em Maputo e Matola, contudo, o recurso à produção própria nestas duas rubricas, de alimentos e fontes de energia, não só é mais escasso como também é explorado no contexto da sua decrescente contribuição para o orçamento familiar. Se nas zonas rurais 99% das famílias dos primeiros três quintis recorrem a autoconsumo e, por esta via, satisfazem 77% das respectivas despesas, nas urbes provinciais 77% das famílias dos estratos mais pobres usam este recurso para satisfazer 42% da despesa nestas rubricas, e em Matola e Maputo 41% e 20% destas famílias, respectivamente, usam o recurso de autoprodução, o que corresponde somente a

10% e 4% da sua despesa com alimentos e fontes de energia para iluminação e cozinha (Gráfico 2).

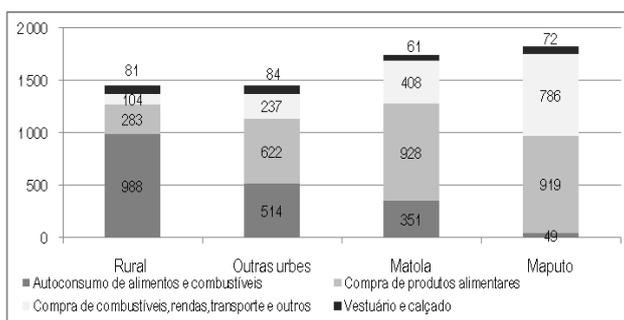
**Gráfico 2:** Frequência de autoconsumo nos AFs e o peso de autoconsumo no total da sua despesa com alimentos e combustíveis para iluminação e cozinha, nos quintis 1 a 3



Segundo, algumas despesas são tão essenciais no modo de vida urbano que as famílias urbanas mais pobres em Maputo e Matola dão mais prioridade a estas.

O Gráfico 3 mostra algumas diferenças nos padrões da despesa dos estratos mais pobres das zonas rurais, das urbes provinciais e das cidades de Maputo e Matola. Constatase que o peso e o valor absoluto de despesas com combustíveis para iluminação e cozinha, rendas de habitação, transporte e outras, são significativamente maiores nos orçamentos das famílias pobres urbanas, particularmente em Maputo (43%), comparando com das zonas rurais (7% da despesa familiar). Além disso, as famílias mais pobres de Maputo e Matola, ainda que gozem de maiores níveis de rendimento, para fazer face a suas despesas essenciais, suprimem aquelas consideradas menos prioritárias, como as despesas com o vestuário e calçado (e mesmo com os alimentos), gastando nesta rubrica menos, tanto em termos do peso como do valor absoluto.

**Gráfico 3:** Comparação da despesa mensal efectiva média dos AFs dos quintis 1 a 3 nas diferentes zonas, em meticals



A ausência de oportunidades de recorrer à produção própria, assim como uma maior pressão

de outras despesas, essenciais no modo de vida urbano, num contexto de despesa alimentar já mais suprimida, determina a particular vulnerabilidade das famílias mais pobres de Maputo e Matola, face à variação de preços não só de alimentos mas também de todos os produtos que constituem o seu cabaz básico de bens e serviços (em particular, as fontes de combustíveis para cozinha e iluminação, transportes e rendas efectivas de habitação).

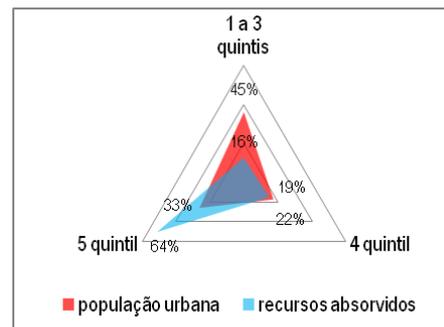
### 3. Os subsídios aos produtos alimentares são pouco eficientes em direccionar os recursos para as camadas urbanas mais pobres

Com a actual estrutura da despesa das famílias, os subsídios à alimentação são pouco eficientes para direccionar os recursos para os grupos urbanos mais pobres, em especial nos casos de produtos homogêneos presentes com peso similar tanto na despesa alimentar das famílias urbanas mais pobres como das mais abastadas. Por exemplo, o pão comum, subsidiado pelo Governo, constitui 10% da despesa monetária com alimentos das famílias urbanas mais abastadas, do quinto quintil, e 8% das famílias urbanas mais pobres, dos primeiros três quintis.

No contexto de alta desigualdade na distribuição do rendimento, em que o total da despesa monetária com alimentos de 45% das famílias urbanas mais pobres constitui perto de 1/5 da respectiva despesa de 33% das famílias urbanas mais abastadas, a maioria dos recursos do subsídio está a ser direccionada para as famílias urbanas mais abastadas. Com esta estrutura de despesa, como mostra o Gráfico 4, num subsídio ao produto alimentar que representa 10% das despesas monetárias com alimentos das famílias urbanas, 64% dos recursos seriam direccionados para as famílias urbanas mais abastadas, do quinto quintil.

No caso de Maputo, onde a desigualdade na distribuição do rendimento é maior (neste caso, a despesa monetária com alimentos dos primeiros três quintis representa 6% da respectiva despesa do quinto quintil) e a incidência da pobreza é menor, a distribuição de recursos do subsídio nestes casos é ainda menos eficiente.

**Gráfico 4:** Impacto da estrutura global da despesa alimentar das zonas urbanas na alocação de recursos dos subsídios a alimentos



No caso do pão, 4% dos recursos destinam-se a 16% das famílias mais pobres, dos três primeiros quintis, e 82% a 62% das famílias mais abastadas da cidade, do quinto quintil.

Por isso, as maneiras alternativas mais eficientes, como a promoção de acesso das camadas urbanas mais pobres ao rendimento e ao emprego a longo prazo<sup>4</sup>, e (ou) subsídios mais direccionadas, precisam de ser consideradas nas políticas públicas que abordam a questão de acesso a alimentos das camadas urbanas mais pobres.

### Conclusão

O artigo mostra que a relação entre a pobreza e o acesso a alimentos não pode ser sempre assumida como linear. No caso das cidades de Maputo e Matola, ainda que estas urbes observem uma menor incidência da pobreza, devido às limitadas oportunidades para a produção própria e à maior pressão de outras despesas essenciais no modo de vida urbano (como com as fontes de energia para cozinha e iluminação, as rendas de habitação e o transporte) sobre as despesas correntes das famílias, a situação de acesso a alimentos nos estratos mais pobres é mais crítica e menos evidente frente as zonas rurais, onde o acesso aos alimentos depende das condições climáticas e os choques são visíveis na população geral. Ao mesmo tempo, as actuais políticas públicas de subsídios à alimentação são pouco eficientes a direccionar os recursos para os grupos mais vulneráveis, mostrando-se necessário que o Governo reflecta sobre a política de geração de emprego urbano decente.

1.O artigo baseia-se nos dados brutos do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2008-09 sobre o consumo nominal das famílias (5.221 residentes na áreas urbanas e 5.206 - nas áreas rurais).

2.O rendimento corrente refere-se a despesas correntes das famílias, diárias, mensais e o seu autoconsumo.

3.Existindo argumentos que o consumo alimentar foi subestimado nas zonas urbanas, devido a não incorporação de consumo fora de casa, em particular na capital do País, o estudo também ensaia os resultados com a correcção do consumo alimentar nas zonas urbanas, usando a amplitude sugerida no estudo da DNEAP (2010). A correcção é particularmente significativa no caso da cidade de Maputo (29%, com tamanho médio do AF de 3,12 membros) e Matola (36%, com tamanho do AF de 3.5) - basicamente pressupõe-se que um elemento da família alimenta-se fora de casa. A correcção muda os valores da despesa alimentar em termos absolutos, no entanto, como é mostrado logo em seguida, em termos relativos, o padrão de maior carência alimentar nas zonas urbanas prevalece.

4.O Programa de Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2010-2014 foi mais uma reacção às manifestações populares, e não observa uma ligação clara com estratégia de desenvolvimento da base produtiva, por exemplo, com a estratégia industrial.